ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio as Comissões
CS
Nº Único 565 486
Entrada/Sylda n<u>25</u> Data <u>050) /7</u>



Exm.º Senhor

Presidente da Comissão de Saúde

M. I. Deputado José de Matos Rosa

No início de 2016, a Comissão de Saúde realizou uma visita ao Algarve com a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre a situação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) naquela região.

Nessa ocasião, e desde logo, o Grupo Parlamentar do PSD assumiu publicamente o propósito de, um ano volvido, realizar nova visita, monitorizando os progressos que se afirmavam prometidos.

De resto, a 11 de Março de 2016, o Senhor Ministro da Saúde declarara, aquando da tomada de posse do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve, comprometer-se em resolver as dificuldades que a falta de médicos tinha provocado no Algarve, promessa que, manifestamente, não cumpriu.

Sucede que, no último ano, ocorreu um conjunto de episódios revelador de um aumento e agravamento das falhas no funcionamento dos serviços prestadores de cuidados de saúde do SNS localizados no Algarve.

No passado dia 23 de Dezembro foi mesmo anunciada uma carta de demissão de alguns dos principais responsáveis clínicos dos hospitais do Algarve. A subdirectora clínica do Centro Hospitalar do Algarve (CHA), Dr.ª Ana Lopes, e mais quatro directores de departamento apresentaram a demissão, alegando a ausência das "condições necessárias" para continuarem nos cargos. A falta de resolução de "problemas estruturais" que se arrastam no tempo e o facto de "não ser previsível a resolução desses problemas", dizem, torna "completamente impossível" o exercício das funções de chefia naquele centro que integra os hospitais de Faro, Portimão e Lagos e Serviços de Urgência Básica de Loulé, Albufeira e Vila Real de Santo António.

Todos estes indícios são confirmados pelos dados oficiais da ACSS, os quais demonstram que, até Outubro de 2016, se registou no Centro Hospitalar do Algarve:

- O segundo mais alto índice de mortalidade dos 40 hospitais do país;
- O pior índice de demora média do país;
- Uma das piores percentagens de reinternamento no prazo de 30 dias;
- Uma redução de 9,6 % de cirurgias programas face ao mesmo período de 2015;



- Uma redução de 4,8 % de cirurgias urgentes face ao mesmo período de 2015;
- Uma redução de 4,6% do número de primeiras consultas face ao mesmo período de 2015.
- Se registam mais casos de utentes transportados para fora da região para terem acesso aos cuidados que necessitam. Ora, em muitos casos, tal colide com a urgência da intervenção, pois as janelas terapêuticas não se compadecem com esse tempo de espera. Esse facto, por exemplo na especialidade da neurocirurgia, entre outras, determina o aumento da morbilidade.

O Orçamento do Estado para 2017 não prevê verbas para a construção do novo Hospital Central do Algarve, pese embora tenham sido consagradas verbas para unidades que nos estudos técnicos e decisões políticas de governos anteriores, estavam classificadas com prioridade inferior a uma infra-estrutura na região.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requer que a Comissão de Saúde delibere a realização de uma visita ao Algarve, até ao final do primeiro trimestre do corrente ano, em moldes congéneres aos que se verificaram no ano transacto, de modo a aferir do estado da prestação de cuidados de saúde na região.

Palácio de S. Bento, 5 de Janeiro de 2017

Os Deputados,

**Miguel Santos** 

Angela Guerra

Luís Vales

Cristóvão Norte

José Carlos Barros